



### **Emiliano Milanez Graziano da Silva**

Engenheiro Agrônomo pela Universidade de São Paulo, mestre em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), coordenador do Banco de Alimentos da Cidade de São Paulo da Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura do Município de São Paulo.

# **O sistema brasileiro de comércio ético e solidário como agente de segurança alimentar**

“Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua soberania alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo as suas atribuições específicas”.(Projeto Fome Zero, 2001).

Certamente poucas pessoas compreendem totalmente o conceito de segurança alimentar e nutricional definido acima. Também sua correlação com o comércio ético e solidário (CES) é pouco compreendida ou, mais freqüentemente, pouco analisada.

Esta é a proposta deste artigo: a análise da criação de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário e suas correlações com o conceito de segurança alimentar e nutricional que o governo federal adotou.

A criação de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário implica talvez a única alternativa para a garantia da segurança alimentar e nutricional de milhares de agricultores familiares, índios, quilombolas, artesãos e pequenos empreendedores brasileiros em um futuro não muito distante. Isso porque implicará não só a garantia de um mercado para seus produtos, mas também de todos os benefícios que isso traz, direta e indiretamente.

A criação de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário traz em sua concepção e em sua idealização desde amplos conceitos de resgate e de valorização cultural até a criação de mecanismos formais de venda adaptados às características especiais decorrentes dos valores associados a esses produtos.

A criação de um sistema brasileiro de CES será uma forma sustentável de promover a segurança alimentar através do estímulo à produção de alimentos tradicionais, ao trabalho artesanal e a práticas de produção não agressivas ao meio ambiente. Ao mesmo tempo em que se promove o acesso à informação de qualidade – que é de importância vital para o estímulo do consumo consciente, elemento-base deste sistema – criam-se ou se estabelecem canais de consumo perenes para esses produtos diferenciados.

### **Os valores presentes na comercialização de produtos de comércio ético e solidário**

A comercialização de produtos de comércio ético e solidário não pode ser vista como uma comercialização banal. O ato de venda de um produto de CES pode ser visto como o último ato de um ritual complexo e extenso, ou como um ato de estímulo consciente a um processo que se inicia com a produção dentro de limites e de padrões próprios, passando por formas específicas de comercialização até o consumo desse produto, que

muitas vezes acontece de forma não comum aos padrões de consumo em massa.

O ato de compra de um produto de CES faz com que uma cadeia de acontecimentos prévios seja perpetuada, e com ela seus conceitos intrínsecos. Valores culturais, étnicos e sociais podem estar atrás da comercialização de um destes produtos, que assim possibilitará o resgate de hábitos e/ou a preservação de um modo de vida.

Quando o consumo consciente acontece, o consumidor leva consigo, mais do que o próprio produto ou serviço, os seus valores intrínsecos ou simbólicos. É exatamente esse tipo de consumidor que viabiliza uma alternativa para a sobrevivência de produtores que foram excluídos dos sistemas de comercialização convencionais, por não se adequarem aos padrões de qualidade exigidos para pertencer à cadeia de suprimentos – *supply chain*.

Esse processo de exclusão afeta principalmente os pequenos produtores, rurais ou urbanos, que não possuem escala de produção ou que não estão associados para conseguirem ganhos de escala ou simplesmente que não atingem o padrão de qualidade determinado pelas grandes redes varejistas e, quando se trata de alimentos, por redes de *fast-food* e *catering*. Essa tendência recente evidencia o domínio e a força comercial das grandes redes varejistas – sejam elas de alimentos ou de roupas – que necessitam de uma padronização para que possam estar em muitos lugares, oferecendo os mesmos produtos a muitos e massificados consumidores.

A criação e a implementação de um sistema brasileiro de CES não têm como objetivo destruir ou depreciar as grandes redes varejistas, mas criar uma alternativa para a manutenção dos produtores excluídos deste sistema convencional de comércio e

para o atendimento a um público específico que demanda iniciativas comerciais com essa finalidade.

### **Mas qual a relação disso com a segurança alimentar e nutricional?**

A garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) passa necessariamente pela garantia de liberdade de expressão cultural e de sua diversidade. Como mencionado no conceito de SAN: “Todo país deve ser soberano para assegurar sua soberania alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar”.

Entre os valores mais importantes de uma cultura está a alimentação. Os alimentos, seu modo de preparo, seu ritual de consumo, os utensílios empregados e até mesmo a composição de uma refeição básica são características específicas de cada cultura. Assim, ao preservar uma cultura, também estamos auxiliando a manter ou a proporcionar SAN aos membros dessa comunidade.

Não é sem propósito que o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) tem em sua *home-page* a indicação do link para o movimento *Slow Food* ([www.slowfood.com](http://www.slowfood.com)), que prega exatamente a valorização do hábito cultural das refeições e de seu ritual como um movimento mundial, para que as pessoas tenham tempo para apreciar o sabor dos alimentos e para conhecer sua história e sua origem.

Também não foi por acaso que a União das Aldeias Krahô de Tocantins (*Kapéy*) recebeu o Prêmio *Slow Food* 2003. Essa premiação foi o reconhecimento do esforço para a preservação não só dos hábitos culturais desse povo, mas do próprio povo

indígena, que estava arriscado a perder sua identidade cultural e social por causa do contato intenso e comum com a cultura das cidades e do consequente abandono de seus hábitos e de suas tradições. Através da tentativa de preservação de um hábito alimentar, o consumo do *pohumpéy*, foi possível o resgate da cultura deste povo, estimulando-se não só o plantio, mas também a colheita, o preparo, a degustação e todos os rituais associados a essas atividades dentro da comunidade.

“Redescobrimo seu cereal, puderam continuar praticando seus costumes e comendo seu alimento tradicional, ao mesmo tempo recuperando a parte de seu estilo de vida original e apreciando um ressurgimento do orgulho em sua identidade.” ([www.slowfood.com/img\\_sito/PREMIO/vincitori2003/pagine\\_en/Brasile\\_03.html](http://www.slowfood.com/img_sito/PREMIO/vincitori2003/pagine_en/Brasile_03.html), 01/11/2003).

Esse é um exemplo a ser observado quando da aplicação de um sistema brasileiro de CES na área da agricultura familiar, da produção artesanal e demais setores a serem beneficiados, evidenciando a importância de sua criação e de uma ligação estreita com a SAN da comunidade envolvida.

## Geração de trabalho e de renda

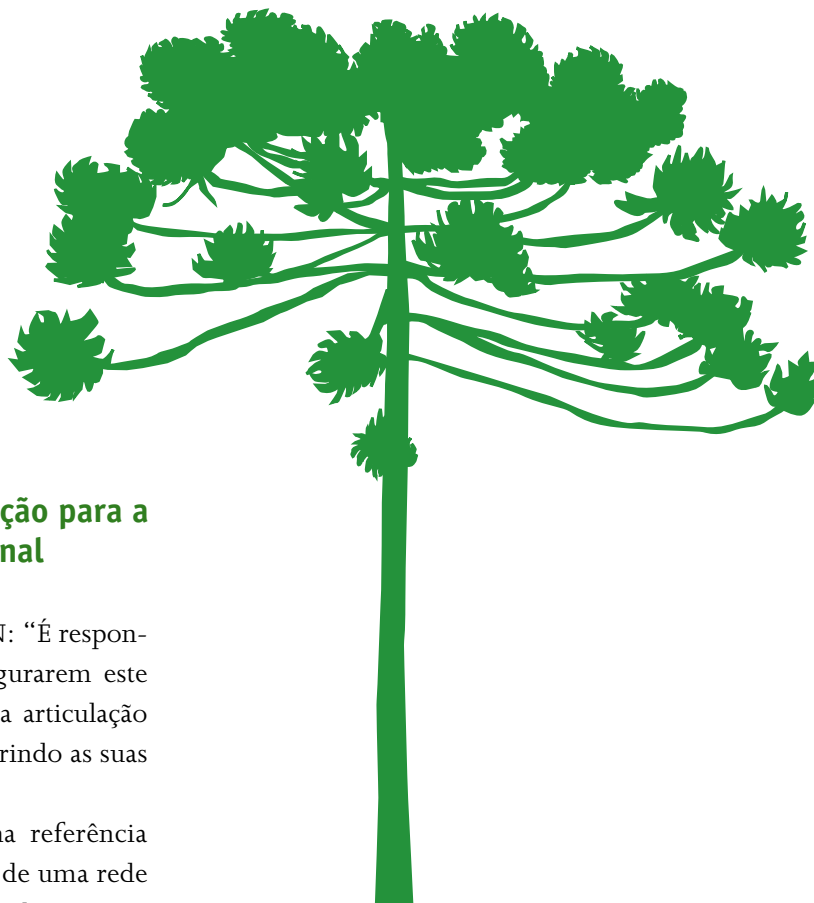
Porém, não será somente através do resgate cultural que a segurança alimentar e nutricional das comunidades e de seus integrantes será garantida, mas também através da geração de trabalho e de renda com as atividades de produção e de comercialização desses produtos e, principalmente, através da criação de uma alternativa ao sistema convencional de comércio.

A exclusão de um fornecedor por não mais atender aos quesitos mínimos de “qualidade” determinados pelo varejista é uma situação comum atualmente, seja por não produzir quantidade mínima suficiente, seja por não apresentar padronização de seu produto, seja por não possuir o equipamento adequado ou exigido para a produção, ou por qualquer outro motivo.

As Centrais de Compra trabalham realizando uma verdadeira “seleção natural” de seus fornecedores, segundo a qual só sobrevivem aqueles com capacidade de se adaptar rapidamente às novas exigências, que variam de acordo com o mercado, ou seja, que estão em consonância com os modismos e com as tendências do mercado convencional de comércio e, portanto podem ser absolutamente voláteis e estranhas.

Essa situação, nova para uns e já conhecida por outros, promove a formação de uma massa de produtores e de fornecedores excluídos que possuem bons produtos, mas sem escala suficiente para atender aos grandes varejistas. Suas poucas alternativas são buscar mercados menores, associar-se a outros produtores, criar novos mercados ou buscar novas atividades.

Uma alternativa nova para esses produtores seria o mercado de comércio ético e solidário, que lhes pode assegurar renda e a continuidade de sua atividade como mecanismo de promoção da segurança alimentar.



### **FACES do Brasil e sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional**

Como expresso no conceito de SAN: “É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo as suas atribuições específicas”.

O FACES do Brasil busca ser uma referência nacional e internacional na articulação de uma rede plural de atores para consolidar uma cultura e um sistema de comércio ético e solidário no Brasil, visando ao desenvolvimento sustentável. É constituído por diversas experiências e iniciativas de organizações privadas e governamentais que vêm acontecendo há alguns anos no Brasil, não só relacionadas diretamente com o comércio ético e solidário internacional, mas também com a implementação de políticas e de projetos para o fortalecimento dos pequenos produtores rurais e urbanos, de diferentes setores de atividades.

Desse modo, a articulação permanente promovida pelos membros do FACES pode ser entendida como uma articulação que visa em um primeiro momento à criação e ao estabelecimento de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário, e, com a consolidação deste, à promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades envolvidas.